

**EDITAL – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2574/2017**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**EXCLUSIVO ME/EPP**

**A PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO**, torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio de seu pregoeiro, designado pela Portaria Municipal nº 371/2017, encontra-se aberta licitação na modalidade Pregão Presencial nº 21/2017, através do Sistema de Registro de Preço, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, e que será integralmente conduzida pelo pregoeiro, assessorado por sua equipe de apoio, sendo regido pela Lei nº 10.520/02, pelo Decreto nº 3.555/00, pela Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e ainda o Decreto Municipal nº 21/2008, aplicando-lhe, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, no que couber e processado em conformidade com as disposições deste EDITAL e seus anexos, visando à convocação de pessoa jurídica, através de Sistema de Registro de Preços, para aquisição de equipamento de proteção individual – EPIs, para todas as Secretarias e Departamentos da Prefeitura que necessitarem do material no desempenho de suas atividades, conforme quantidades e especificações relacionadas no Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Administração.

**1. Abertura da Sessão, entrega dos credenciamentos e envelopes: 03 de julho de 2017, às 09 horas.**

**1.1. Local do Pregão Presencial:** Secretaria de Administração, no Setor de Licitações, localizada à Rua 9 de julho, 1053, Vila Nova – Salto/SP.

**1.2.** Em hipótese alguma serão recebidos envelopes após as **09 horas** do dia 03/07/2017.

**1.3.** Informações sobre o edital, no endereço mencionado acima, nos dias úteis que antecedem a sessão de abertura dos envelopes, telefone: (11) 4602-8533 e/ou e-mail: [licitacao@salto.sp.gov.br](mailto:licitacao@salto.sp.gov.br), das 13h às 17h.

**1.4.** A Programação poderá sofrer alterações em virtude do desenvolvimento da sessão. Circunstâncias em que o Pregoeiro informará previamente a mudança de horários para ciência de todos os participantes.

**1.5.** O Pregoeiro titular poderá ser substituído por outro pregoeiro nomeado na Portaria Municipal nº 371/2017.

## **2. DO SUPORTE LEGAL**

**2.1.** Este Pregão é regulamentado pelos seguintes dispositivos legais:

- Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações;
- Lei Federal n.º 10.520/02 – dispõe sobre o Pregão;
- Lei Orgânica do Município de Salto nº 1382/90 (Emenda Substitutiva nº 01/2008);
- Decreto Municipal nº 08/2001;
- Legislação específica que disciplina as atividades industriais e/ ou comerciais dos licitantes;
- Lei Federal n.º 12.846/2013 que dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas em atos lesivos praticados contra a Administração Pública;
- Lei complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014 – que dispõe sobre a exclusividade de participação e/ou benefício a microempresa e empresa de pequeno porte.

## **3. DO OBJETO**

**3.1.** Convocação de pessoa jurídica, através de Sistema de Registro de Preços, para aquisição de equipamento de proteção individual – EPIs, para todas as Secretarias e Departamentos da Prefeitura que necessitarem do material no desempenho de suas atividades, conforme quantidades e especificações relacionadas no Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Administração.

**3.2.** Conforme cotação de preços realizada pelo município junto ao mercado, o **valor estimado por lote** é de:

<b>ITEM</b>	<b>VALOR R\$</b>
01	R\$ 2.920,00
02	R\$ 2.859,50
03	R\$ 565,63
04	R\$ 1.660,13
05	R\$ 266,75
06	R\$ 1.315,00
07	R\$ 424,50
08	R\$ 2.003,00
09	R\$ 21.672,00

10	R\$ 2.719,75
11	R\$ 4.385,90
12	R\$ 3.202,50

**3.3.** Será de responsabilidade da Secretaria de Administração o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, através do gestor de contrato, Sra. Marcilene Pereira, Técnica de Segurança do Trabalho, portador do RG n.º 25.750.859-4 e CPF n.º 160.047.978-20.

#### **4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar da presente licitação **microempresas e empresas de pequeno porte** do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação e que atendam às exigências constantes deste Edital e seus anexos, de acordo com a Lei Complementar 123/06, alterada pela lei Complementar 147/2014.

**4.2. Quando da ausência de oferta por empresas ME/EPP, conforme disposto no art. 49, incisos II e III da Lei Complementar 123/2006, será aberto oportunidade de participação das demais empresas.**

**4.3.** As Licitantes que desejarem enviar seus envelopes via postal (com AR – Aviso de Recebimento) deverão remetê-los ao endereço constante no preâmbulo deste edital, aos cuidados do (a) Pregoeiro (a) Municipal, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, juntamente com a **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 – Proposta e nº 2 – Habilitação.

**4.4.** Na opção dos envelopes serem encaminhados pelo correio, a Administração ficará isenta de toda e qualquer responsabilidade, no caso do não recebimento dos mesmos no prazo designado no preâmbulo deste edital.

**4.5. Estarão Impedidos de participar desta licitação, interessados que se enquadrem em uma ou em mais das situações a seguir:**

- a)** Estrangeiras que não funcionem no País;
- b)** Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c)** Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações;

- d)** Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei Federal 10.520/02;
- e)** Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
- f)** Que tenha em seus quadros, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- g)** Empresas que possuam sócios, diretores, administradores ou representantes legais em comum ou que utilizem materiais, tecnológicos ou humanos em comum – salvo prova inequívoca que não agem representando interesse econômico comum.
- h)** Nos itens “c” e “d” estarão impedidos de participar da licitação as empresas enquadradas nessas situações restringindo-se à esfera de governo do órgão que aplicou as referidas penalidades, no caso a Prefeitura Municipal de Salto.

## **5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

**5.1.** A licitante interessada em participar do certame deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por meio de representante legal, devidamente munido de documento que o credencie a participar desta licitação, respondendo por sua representada, comprovando os necessários poderes para formular verbalmente lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame, nos termos previstos pelos incisos VI e VII do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.520/2002(ANEXO II).

**5.2.** Cada licitante credenciará apenas 01 (um) representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste Edital.

**5.3.** Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes, deverá ser apresentado o que se segue:

**a)** Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

**b)** Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e

lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem “a”;

**c)** O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

**d)** O licitante que não contar com **representante** presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

**5.3.1.** Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

- **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **ANEXO III** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

**5.3.2.** Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

- **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte** visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **ANEXO V** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

**5.4.** Os documentos de credenciamento serão retidos pela equipe de apoio e juntados ao processo licitatório.

**5.5.** Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.

## **6. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

**6.1.** Por força da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, as microempresas – MEs e as empresas de pequeno porte – EPPs que tenham interesse em participar desde pregão deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:

**a)** No momento da oportuna fase de habilitação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja uma ME ou EPP, deverá ser apresentada, no respectivo envelope, toda a documentação exigida neste edital, **ainda que os documentos pertinentes à regularidade fiscal apresentem alguma restrição**, bem como alguma espécie de documento que venha a comprovar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme determina art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014;

**b)** como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para ME e/ou EPP, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada, art. 44 § 2º da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

**6.2.** Para efeito do disposto no item acima, caracterizado o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

**a)** a ME ou EPP mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

**b)** a nova proposta de preço mencionada na alínea anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP), desde que seu preço seja aceitável e a licitante atenda às exigências de habilitação;

**c)** não ocorrendo à contratação da ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**d)** no caso de equivalência de valores apresentados pelas ME e EPP, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

**e)** na hipótese da não-contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**f)** o procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

## **7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO**

**7.1.** A **Proposta** e os Documentos de **Habilitação** deverão ser apresentados separadamente, em **02 (dois) envelopes** fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017 – Equipamentos de EPIS**  
**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA / ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS**  
**RAZÃO SOCIAL:**  
**CNPJ:**

## **8. DA PROPOSTA**

**8.1.** A proposta deverá ser impressa em língua portuguesa, digitada ou datilografada, em moeda corrente nacional, com clareza, sem alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas, as suas folhas devem estar rubricadas e a última datada e assinada pelo proponente ou seu representante legal, devendo constar o seguinte:

**a)** razão social correta, CNPJ, endereço, cidade, CEP, estado, telefone, fax, e-mail, responsável, cargo, RG e data;

**b)** a proposta deve descrever obrigatoriamente as características dos materiais ofertados (**marca, tipo, modelo e material etc**), que devem estar em conformidade, mínimas, com as descritas no **ANEXO I**, indicando o seguinte:

<b>Lote</b>	<b>Descrição/marca/modelo</b>	<b>V. Unitário – R\$</b>	<b>V. Total do Lote – R\$</b>
<b>Valor Global da Proposta</b>			<b>R\$</b>

**b.1)** Caso apresente valores em algarismo e por extenso, e se havendo divergência, prevalecerá o menor valor;

### **8.2. A simples participação neste certame implica:**

**a)** na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**b)** que os preços apresentados abrangem todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação, como: embalagem, transporte, carga e descarga, frete, seguro, bem como impostos, taxas, encargos trabalhistas,

previdenciários, fiscais, comerciais, carregamento e descarregamento, não recaindo à Prefeitura nenhum ônus suplementar além dos valores propostos, inclusive quanto às despesas indiretas.

**c)** que a licitante vencedora se compromete e efetuar as entregas dos produtos no preço constante de sua proposta, prazo e condições estipulado pela Prefeitura;

**d)** aceitação pela licitante do prazo de validade da proposta, de 60 (sessenta) dias contados da data da entrega da proposta. Decorridos esses prazos, sem a assinatura do contrato, fica a licitante declarada vencedora liberada dos compromissos assumidos.

## **9. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

**9.1.** Para a habilitação, todos os licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, **poderão** apresentar **prova de inscrição válida** nos seguintes sistemas: **CAUFESP/CADFOR/SIAFÍSICO/SICAF** ou apresentar a **Documentação Completa, poderá apresentar também o CRC emitido pela Prefeitura**, na seguinte conformidade:

**9.2.** No que se refere ao **CAUFESP/CADFOR/SIAFÍSICO/SICAF**:

**9.2.1.** O cadastro deverá ter classificação pertinente à categoria do objeto desta licitação;

**9.2.2.** O licitante regularmente cadastrado junto ao CAUFESP/SIAFÍSICO/CADFOR/SICAF terá sua condição de habilitação verificada **on line** naquele sistema pelo pregoeiro ou pela equipe de apoio e as informações obtidas serão impressas e juntadas ao respectivo processo;

**9.2.3.** Se no cadastro junto ao CAUFESP/SIAFÍSICO/CADFOR/SICAF o licitante não estiver ativo, **ou se não constar algum dos documentos exigidos**, se esses documentos estiverem com a validade vencida, o licitante deverá apresentar documento equivalente válido;

**9.2.4.** O cadastro junto ao CAUFESP/SIAFÍSICO/CADFOR/SICAF deverá ser **acompanhado dos documentos relacionados no item 9.4** – Documentação Complementar e outros que não constarem dos referidos cadastros.



**9.2.5. Poderá apresentar também, cópia autenticada do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Prefeitura da Estância Turística de Salto, com prazo de validade em vigor, que substituirá os documentos exigidos nos itens 9.3.1 a 9.3.3; acompanhado dos documentos complementares.**

**9.3.** No que se refere à **DOCUMENTAÇÃO COMPLETA**, os licitantes deverão apresentar:

**9.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**, conforme o caso:

**a)** Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**a.1)** Os documentos descritos no subitem “a” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;

**b)** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

**c)** Os documentos relacionados no subitem “a” **não** precisarão constar do **Envelope nº 2 – Habilitação**, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão;

**9.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

**b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;

**c)** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

**c.1)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

**c.2)** Certidão Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, comprovando a regularidade relativos a ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

**c.3)** Prova de regularidade, relativos a Tributos Mobiliários Municipais (taxa de funcionamento) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei.

**d)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

**e)** Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

**e.1)** A Certidão de regularidade Trabalhistas – CNDT é expedida gratuita e eletronicamente em todo o território nacional. O interessado pode requerê-la nas páginas eletrônicas do TST, do CSJT e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CNPJ.

**f)** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, **mesmo que esta apresente alguma restrição. (Lei Complementar 123/06, alterado pela Lei Complementar 147/2014);**

**f.1)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**f.2)** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **f.1**, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 10.520/02.

### **9.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**a)** Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com **validade de 180 (cento e oitenta) dias** a partir da sua emissão.

**a.1)** Na hipótese em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

### **9.4. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

**a)** Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo (**ANEXO IV** deste Edital).

**b)** Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, com a qualificação da Pessoa Física para assinatura da Ata (nome, estado civil, cargo ou função, RG e CPF).

### **9.5. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**9.5.1.** Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados no original, por cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, também autenticada, ficando certo que nenhum documento será autenticado por servidor (a), pelo pregoeiro (a) ou membro da equipe de apoio, tendo em vista a celeridade inerente ao certame;

**9.5.2.** Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

**9.5.3.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, esta Prefeitura aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

**9.5.4.** Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

**9.5.5.** Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante;

**9.5.6.** O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos **sites** dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

**9.6.** Os envelopes de habilitação das empresas não vencedoras do certame, caso não seja possível devolver ao final da sessão aos seus representantes, estarão disponíveis para serem retirados, no setor de licitações, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a homologação do processo licitatório. Após este prazo os mesmos serão destruídos sem aviso prévio.

## **10. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**10.1.** Serão abertos os envelopes “Proposta de Preços” de todas as licitantes e o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais empresas apresentaram proposta de preços para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos preços ofertados.

**10.2.** Será verificada a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e constante no **Anexo I**, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo, inclusive, com o preço de mercado ou valores excessivos, inexequíveis e/ou baseadas em outras propostas, nos termos do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

**10.3.** Serão então, selecionadas pelo (a) Pregoeiro (a) a proposta de menor preço e as propostas em valores sucessivos e superiores até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço por lote.

**10.4.** Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, o(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas seguintes às que efetivamente já tenham sido por ele selecionadas, até que se alcance o número de propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

**10.5.** Às licitantes selecionadas na forma dos itens 10.3 e/ou 10.4, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir da proposta de maior preço.

**10.6.** Se os valores de 02 (duas) ou mais propostas escritas ficarem empatados, será realizado um sorteio, na mesma sessão, para definir qual das licitantes registrará 1º (primeiro) seu lance verbal.

**10.7.** Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se façam necessárias, a critério do (a) Pregoeiro (a). Podendo o pregoeiro negociar com as licitantes visando estabelecer um intervalo razoável entre os lances ofertados.

**10.8.** Não serão aceitos lances verbais com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado, sendo observada a **redução mínima do lote, conforme planilha abaixo**, entre os lances verbais, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

<b>ITEM</b>	<b>REDUÇÃO</b>
01	R\$ 14,60
02	R\$ 14,30
03	R\$ 2,83
04	R\$ 8,30
05	R\$ 1,33
06	R\$ 6,58
07	R\$ 2,12
08	R\$ 10,02
09	R\$ 108,36
10	R\$ 13,60
11	R\$ 21,93
12	R\$ 16,01

**10.9.** Será vencedora da etapa dos lances verbais aquela empresa que ofertar **o menor preço global do lote**, sendo observado se o valor apresentado se encontra dentro da média prevista pela Administração, sendo os preços incompatíveis com o mercado, inexequíveis ou excessivos para o objeto, implicará a não aceitação do preço ofertado permitido à adequação dos valores pela licitante interessada, nos termos do art. 4º, inciso XVII, da Lei 10.520/02.

**10.10.** A desistência em apresentar lance verbal, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais, sendo considerado o preço constante da proposta escrita.

**10.11.** Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e serão ordenadas as propostas em ordem crescente, exclusivamente pelo critério de menor preço por lote.

**10.12.** A Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e o valor, da 1ª (primeira) classificada, conforme constante neste edital e seus anexos, e decidirá motivadamente a respeito, podendo negociar para a redução do valor proposto.

**10.13. Será assegurado, como critério de desempate, o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme art. 44 § 1º da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014.**

**10.14.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do Pregoeiro, será verificado o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital.

**10.15.** Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação efetivamente entregues, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, **sendo vedada a apresentação de documentos novos.**

**10.16.** A verificação será certificada pelo Pregoeiro, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**10.17.** Esta Prefeitura **não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação.** Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, **o licitante será inabilitado.**

**10.18.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto.

**10.19.** Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se as proponentes não atenderem às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto.

**10.20.** Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio e licitantes.

**10.21.** O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**11.1.** Até **02 (dois) dias úteis antes** da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

**11.2.** Eventual impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro e **protocolada** no Setor de Licitações, mesmo endereço citado no preâmbulo.

**11.3.** Admite-se impugnação por intermédio de “e-mail” ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do original no prazo, máximo, de **24 (vinte e quatro) horas**. Caso seja apresentada no último dia do prazo indicado no item 11.1, o original deverá ser apresentado **no prazo máximo de 24 horas antes da abertura da licitação**.

**11.4.** Acolhida à petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

**11.5.** A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

## **12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**12.1.** Caso não haja recurso, o (a) Pregoeiro (a), na própria sessão pública, adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor, encaminhando o processo para homologação da Autoridade Competente, a Secretaria de Administração.

**12.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso.

**12.3.** Caso haja recurso, desde que motivadamente manifestado na própria sessão, observando-se o rito previsto no inc. XVIII do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, os interessados deverão apresentar as razões do recurso, no prazo de **03 (três) dias**, contados do dia subsequente à realização do Pregão Presencial, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar às contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, que estarão disponíveis na Secretaria de Administração, Setor de Licitações.

**12.4.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.5.** Nessa hipótese, decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto, ora licitado, ao licitante vencedor e, constatada a regularidade dos atos procedimentais, será homologado o procedimento licitatório.

**12.6.** Os recursos devem ser protocolados no Setor de Licitação localizado a Rua 9 de Julho, 1053, prédio da Prefeitura da Estância Turística de Salto, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações.

### **13. DAS PENALIDADES**

**13.1.** A Licitante vencedora do certame que descumprir em quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

**13.2.** De conformidade com o art. 86 da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, à contratada garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de



20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8666/93 e 10.520/02.

**13.3.** Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, pela inexecução total ou parcial deste contrato, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

a. Advertência;

b. Multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05(cinco) anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**13.4.** As penalidades previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

**13.5.** Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**13.6.** Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

#### **14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**14.1.** Após a Homologação do procedimento licitatório, a licitante vencedora será convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços, **no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação, emitida pela Secretaria de Administração**, de acordo com as cláusulas constantes na minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo VI do Edital), sob pena de decair do direito à contratação. Poderão ser convocados os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições ofertadas pelo 1º colocado, inclusive quanto ao preço.

**14.2.** A existência dos preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência quando em igualdade de condições.

**14.3.** Quando a Ata de Registro de Preços for utilizada, o Gestor – Secretaria de Administração, fica obrigado a verificar se a contratação atende ao interesse público, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização.

## **15. DA REVISÃO DE PREÇOS**

**15.1.** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do Contratante para a justa remuneração do objeto da licitação, poderá ser repactuado o preço registrado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial da Ata.

**15.2.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderão implicar na revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**15.3.** Na hipótese da empresa solicitar alteração de preço(s), a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha(s) detalhada(s) de custos, acompanhada(s) de documento(s) que comprove(m) a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais e/ou matérias-primas, etc.

## **16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** As verbas para pagamento do objeto da presente licitação estão de acordo com as dotações orçamentárias vigentes de n<sup>o</sup>s:

<b>Secretarias</b>	<b>Dotações</b>	<b>Fichas</b>
Secretaria de Educação	339030.12.361.0203.2.050.01.220000	94
Secretaria de Educação	339030.12.361.0203.2.050.05.220001	117

Secretaria de Educação	339030.12.366.0203.2.050.01.220000	140
Secretaria de Educação	339030.12.365.0203.2.050.01.210000	540
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.244.0204.2.130.05.500007	344
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.244.0204.2.130.05.500008	345
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.244.0204.2.130.05.500012	346
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.244.0204.2.140.05.500017	348
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.244.0204.2.140.05.500016	349
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.244.0204.2.170.05.500013	351
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.244.0204.2.520.01.510000	352
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.243.0204.2.050.01.500022	582
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.243.0204.2.190.02.500010	342
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.122.0204.2.050.01.510000	333
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.122.0204.2.560.01.510000	590
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	339030.15.122.0307.2.050.01.110000	272
Secretaria de Cultura	339030.13.122.0203.2.050.01.100141	145
Secretaria de Cultura	339030.13.122.0203.2.050.01.110000	146
Secretaria de Finanças	339030.04.123.0102.2.050.01.110000	055
Gabinete do Prefeito	339030.04.122.0102.2.050.01.110000	004
Gabinete do Prefeito	339030.04.131.0102.2.050.01.110000	008
Secretaria de Saúde	339030.10.301.0205.2.050.01.310000	169
Secretaria de Saúde	339030.10.304.0205.2.050.01.310000	177
Secretaria de Saúde	339030.10.305.0205.2.050.01.310000	178
Secretaria de Saúde	339030.10.302.0205.2.050.05.300079	566
Secretaria de Saúde	339030.10.304.0205.2.050.05.300004	244
Secretaria de Saúde	339030.10.302.0205.2.050.05.300003	216
Secretaria de Saúde	339030.10.302.0205.2.050.05.300027	217
Secretaria de Saúde	339030.10.301.0205.2.050.05.300009	187
Secretaria de Saúde	339030.10.301.0205.2.050.02.300033	186

Secretaria de Saúde	339030.10.301.0205.2.050.05.300065	189
Secretaria de Saúde	339030.10.305.0205.2.050.05.300015	249
Secretaria de Saúde	339030.10.305.0205.2.050.05.300004	248
Secretaria de Saúde	339030.10.303.0205.2.050.05.300003	220
Secretaria de Saúde	339030.10.303.0205.2.050.05.300027	221
Secretaria de Saúde	339030.10.304.0205.2.050.05.300057	245
Secretaria de Saúde	339030.10.304.0205.2.050.05.300058	246
Secretaria de Defesa Social	339030.06.122.0307.2.050.01.110000	471
Secretaria de Defesa Social	339030.06.122.0307.2.050.01.110000	482
Secretaria de Defesa Social	339030.06.122.0307.2.050.01.400001	483
Secretaria de Defesa Social	339030.06.122.0307.2.050.05.100105	490
Secretaria de Defesa Social	339030.06.122.0307.2.050.01.110000	589
Secretaria de Esportes e Lazer	339030.27.122.0203.2.050.01.110000	449
Secretaria do Meio Ambiente	339030.18.122.0306.2.050.01.110000	507
Secretaria do Meio Ambiente	339030.18.541.0306.2.050.01.100139	517
Secretaria de Des. Econ. Trab. e Turismo	339030.22.122.0306.2.050.01.110000	403
Secretaria de Des. Econ. Trab. e Turismo	339030.23.122.0306.2.050.01.110000	411
Secretaria de Des. Econ. Trab. e Turismo	339030.23.695.0306.2.050.01.100114	443
Secretaria de Des. Urbano	339030.15.122.0306.2.050.01.110000	265
Secretaria de Administração	339030.04.122.0102.2.050.01.110000	040
Secretaria de Administração	339030.04.128.0102.2.020.01.110000	041
Secretaria de Negócios Jurídicos	339030.04.122.0102.2.050.01.110000	031
Secretaria de Governo	339030.04.122.0102.2.050.01.110000	015
Secretaria de Governo	339030.04.122.0102.2.050.01.110000	521

## **17. DO PAGAMENTO**

**17.1.** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, descontada a dezoena, após cada entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que aprovado pela autoridade competente e respeitando-se a ordem cronológica de pagamentos.

**17.2.** Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

**17.3.** A Contratada quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Pregão Presencial n.º 21/2017, Ata de Registro de Preços n.º ...../2017.

**17.4.** Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a contratada deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, sobre a prestação dos serviços, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

**17.5.** Nenhum pagamento antecipado será efetuado à licitante, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

## **18. DA VIGÊNCIA**

**18.1.** A vigência desta Ata de Registro é de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

## **19. DA REGULARIDADE DO MATERIAL**

**19.1.** No ato do recebimento a gestora do contrato procederá conferência da conformidade da qualidade do produto com as exigências do Edital, contemplando as regras da Norma Regulamentadora – RN – nº 6 do Ministério do Trabalho, especialmente no tocante ao Certificado de Aprovação. Na dúvida, a regularidade deverá ser conferida através de consulta pela internet no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego, link://caepi.mte.gov.br/internet/ConsultaCAInternet.aspx.

## **20. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

**20.1.** As solicitações dos equipamentos de proteção individual serão feitas pela Secretaria de Administração, sob orientação da Técnica de Segurança do Trabalho da Prefeitura.

**20.2.** Os quantitativos totais expressos no **ANEXO I** deste Edital são estimativos e representam a previsão da Secretaria requisitante, durante o prazo de 12 (doze) meses.

**20.3.** A Contratada deverá **entregar em até 05 (cinco) dias úteis** após a solicitação e apresentação de nota de empenho.

**20.4.** As entregas deverão ser feitas na Casa do Servidor – Rua Monsenhor Couto, nº 127 – Centro, Salto/SP. Caso haja mudança no local de entrega será informado no ato do pedido.

**20.5.** A contratada deverá informar com antecedência a referida entrega à Secretaria solicitante.

**20.6.** Caso ocorra fornecimento incompatível com o solicitado pela Prefeitura, fora dos padrões legais, ou com eventuais danos (ocasionados inclusive, durante o transporte/descarregamento), o mesmo será recusado/devolvido, devendo ser repostado imediatamente, sem ônus ao Município e sob as penas previstas neste Edital.

**20.7.** A observância da compatibilidade a que se refere à cláusula anterior poderá ser aferida mesmo após a efetiva aceitação, em se tratando de vícios ocultos ou qualquer outro defeito não passível de pronta verificação.

**20.8.** Não será apreciado pedido de prorrogação no prazo de entrega apresentado após a data limite estabelecida no item **20.3**.

**20.9.** A licitante vencedora deverá efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Anexo I e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia.

**20.10.** A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**20.11.** Havendo necessidade de remoção do material para solução do defeito, o transporte ficará a cargo da Contratada, assumindo esta total responsabilidade pelo período em que estiver com a guarda do material.

**20.12.** A licitante vencedora deverá comunicar por escrito à Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

**20.13.** A licitante vencedora deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**21.1.** Integram obrigatoriamente o processo licitatório: este instrumento convocatório, seus anexos, documentos, propostas, bem como, correspondências, notificações etc.

**21.2.** As licitantes declaradas **vencedoras terão o prazo de 24 (vinte e quatro)** horas, a partir da Adjudicação, para adequar a proposta apresentada inicialmente à proposta vencedora do presente pregão.

**21.3. O prazo para assinatura da Ata será de até 05(cinco) dias úteis**, a contar da convocação da Prefeitura pela Secretaria de Administração, sujeita as sanções previstas **no item 13.3. do edital no caso de não comparecimento**. A participante deverá informar e-mail válido e telefone para contato.

**21.4.** Constatada qualquer irregularidade na entrega dos materiais, a empresa vencedora da licitação obrigará-se a trocá-los imediatamente, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Contrato nos termos legais.

**21.5.** A prefeitura rejeitará, no todo ou em parte o material que estiver em desacordo com o Edital.

**21.6.** A empresa vencedora se compromete a fornecer os materiais com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.

**21.7.** O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações deste Edital.

**21.8.** Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à presente licitação.

**21.9.** A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**21.10.** A Pregoeira, no interesse público, poderá sanar ou relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação e o direito das demais licitantes, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**21.11.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura da Estância Turística de Salto.

**21.12.** O Edital e o resultado do presente certame serão divulgados na Imprensa Oficial do Estado, no jornal Gazeta (circulação local), jornal de grande circulação (SP), site da Prefeitura e no quadro de Atos Oficiais do Município.

## **22. DO FORO**

**22.1.** Para todas as questões porventura suscitadas e que não sejam resolvidas por via administrativa, o Foro competente será o da Comarca de Salto.

Estância Turística de Salto/SP, 13 de junho de 2017.

**Wagner Correia da Silva**  
Secretária de Administração



**ANEXO I**  
**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E QUANTIDADES**

LOTE	ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	1	200	Capa de chuva reforçada e com capuz	Unidade	Capa de segurança confeccionada em tecido de poliéster revestida de PVC em uma face, com capuz, com mangas, fechamento frontal através de quatro botões plásticos de pressão, costuras por meio de solda eletrônica. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHOS/QUANTIDADES: P=30 / M=40 / G=60 / GG=40 / XGG=30.</b>
2	1	200	Luva de vaqueta para construção civil com elástico (tamanho único)	Par	Luva de proteção confeccionada em couro vacum tipo Vaqueta na palma e dorso em raspa de couro, modelo 5 dedos; possui reforço interno na Palma; Cano curto e comprimento de mínimo 25cm (medida da borda do punho até o dedo maior), e contendo elástico na volta total do punho. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado.
3	1	150	Máscara descartável PFF1 sem válvula	Unidade	Respirador purificador de ar tipo peça semi facial filtrante para partículas, formato dobrável, sem válvula de exalação, classe PFF1 (S). Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do inmetro. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado.
	2	200	Máscara descartável PFF2 com válvula	Unidade	Respirador semifacial descartável CLASSE PFF2, cor externa azul, modelo dobrável, com solda por ultrassom em todo seu perímetro, tamanho único, confeccionado com filtro de manta sintética, para uso contra aerodispersóides (partículas) gerados mecanicamente (poeiras e névoas) e termicamente. As partículas podem ser sólidas ou líquidas geradas de soluções ou suspensões aquosas, sem válvula de exalação. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do inmetro. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado.
4	1	5	Óculos de sobrepor incolor	Unidade	Óculos de segurança, constituído de arco de material plástico preto ou azul com três pinos (um central e dois nas extremidades) para encaixe de um visor de policarbonato incolor com proteção lateral e superior e apoio nasal injetados na mesma peça e hastes tipo espátula. As hastes são confeccionadas do mesmo material do arco e são constituídas de duas peças: uma semi-haste vazada com uma das extremidades fixada ao arco por meio de rebite metálico e outra semi-haste que se encaixa na outra extremidade da semi-haste anterior e que possui um pino que permite regulagem de tamanho; está semi-haste possui revestimento de borracha nas extremidades. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado.
	2	200	Óculos jaguar incolor	Unidade	Óculos de segurança, constituídos de armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato incolor com revestimento externo espelhado na cor prata (incolor espelhado IN-OUT), laranja ou marrom (âmbar), com ponte, meia-proteção lateral e apoio nasal injetados do mesmo material. As hastes, do tipo espátula, confeccionadas do mesmo material do visor, possuem cinco fendas e borracha preta maleável na parte central da ponta das hastes. As hastes são fixadas às extremidades do visor através de parafusos metálicos. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado.
	3	150	Óculos jaguar fume	Unidade	Óculos de segurança, constituídos de armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato cinza/fume, com ponte, meia-proteção lateral e apoio nasal injetados do mesmo material. As hastes, do tipo espátula, confeccionadas do mesmo material do visor, possuem cinco fendas e borracha preta maleável na parte central da ponta das hastes. As hastes são fixadas às extremidades do visor através de parafusos metálicos. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado.

5	1	10	Perneira laminada	Par	Perneira de Segurança confeccionada em duas camadas de laminado de PVC, três talas de polipropileno ou três talas de aço ou uma chapa de aço na parte frontal, com ou sem proteção em polipropileno no joelho presa através de solda eletrônica e fecho plástico para ajustes, com ou sem metatarso, fechamento nas bordas por meio de viés em material sintético, fechamento total em solda eletrônica. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado.
6	1	50	Avental de raspa	Unidade	Avental de segurança confeccionado em raspa, fivelas metálicas e tiras em raspa na cintura e pescoço para ajustes. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado.
7	1	20	Protetor auricular tipo concha	Unidade	Protetor auditivo, constituído por dois abafadores em forma de concha, com bordas almofadadas em espumas revestidas com capa de PVC, montados simetricamente nas extremidades de uma haste-suporte ajustável, em forma de arco, adaptável a cabeça humana, permitindo que cada abafador se aplique sob pressão, aos respectivos pavilhões auriculares. Atenuação de no mínimo 19 dB. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado.
	2	100	Protetor auricular tipo plug	Unidade	Protetor auditivo de segurança, formado por dois plugues flexíveis preso por cordão. Cada plugue é constituído por uma haste e três flanges em silicone. Fornecido em caixa ou embalagem individual. Atenuação de no mínimo 21 dB. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado.
8	1	10	Botina de segurança com bico plástico. TAMANHO: 40	Par	Bota de segurança confeccionada em couro vaqueta lisa com curtimento atravessado, sem componentes metálicos, na cor preta, modelo unissex, fechamento em elástico e sem cadarço, forração em tecido não tecido transpirável, palmilha de montagem em tanino dublada ou têxtil resistente a perfuração fixada/costurada junto ao cabedal (processo Strobel), biqueira de composite, solado em PU Bidensidade bicolor com sistema de absorção de impacto, injetado diretamente ao cabedal. Com palmilha externa. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 40</b>
	2	20	Botina de segurança com bico plástico. TAMANHO: 41	Par	Bota de segurança confeccionada em couro vaqueta lisa com curtimento atravessado, sem componentes metálicos, na cor preta, modelo unissex, fechamento em elástico e sem cadarço, forração em tecido não tecido transpirável, palmilha de montagem em tanino dublada ou têxtil resistente a perfuração fixada/costurada junto ao cabedal (processo Strobel), biqueira de composite, solado em PU Bidensidade bicolor com sistema de absorção de impacto, injetado diretamente ao cabedal. Com palmilha externa. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 41</b>
	3	10	Botina de segurança com bico plástico. TAMANHO: 42	Par	Bota de segurança confeccionada em couro vaqueta lisa com curtimento atravessado, sem componentes metálicos, na cor preta, modelo unissex, fechamento em elástico e sem cadarço, forração em tecido não tecido transpirável, palmilha de montagem em tanino dublada ou têxtil resistente a perfuração fixada/costurada junto ao cabedal (processo Strobel), biqueira de composite, solado em PU Bidensidade bicolor com sistema de absorção de impacto, injetado diretamente ao cabedal. Com palmilha externa. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 42</b>
9	1	60	Sapato de Segurança sem biqueira de aço. TAMANHO: 37	Par	Calçado confeccionado com elástico lateral, cano acolchoado dublado com espessura em PU, na cor preta, espuma poliuretano, contraforte resinado termoconformado, cabedal em vaqueta relax hidrofugada, sem bico de aço, protetor de borda da biqueta em espuma de látex, palmilha em couro natural antifungo/antibactéria, solado de poliuretano, biodensidade monocolor, solado fixado através de injeção diretamente no cabedal com sistema de amortecimento. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 37</b>

	2	60	Sapato de Segurança sem biqueira de aço. TAMANHO: 38	Par	Calçado confeccionado com elástico lateral, cano acolchoado dublado com espessura em PU, na cor preta, espuma poliuretano, contraforte resinado termoconformado, cabedal em vaqueta relax hidrofugada, sem bico de aço, protetor de borda da biqueta em espuma de látex, palmilha em couro natural antifungo/antibactéria, solado de poliuretano, biodensidade monocolor, solado fixado através de injeção diretamente no cabedal com sistema de amortecimento. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 38</b>
	3	60	Sapato de Segurança sem biqueira de aço. TAMANHO: 39	Par	Calçado confeccionado com elástico lateral, cano acolchoado dublado com espessura em PU, na cor preta, espuma poliuretano, contraforte resinado termoconformado, cabedal em vaqueta relax hidrofugada, sem bico de aço, protetor de borda da biqueta em espuma de látex, palmilha em couro natural antifungo/antibactéria, solado de poliuretano, biodensidade monocolor, solado fixado através de injeção diretamente no cabedal com sistema de amortecimento. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 39</b>
	4	60	Sapato de Segurança sem biqueira de aço. TAMANHO: 40	Par	Calçado confeccionado com elástico lateral, cano acolchoado dublado com espessura em PU, na cor preta, espuma poliuretano, contraforte resinado termoconformado, cabedal em vaqueta relax hidrofugada, sem bico de aço, protetor de borda da biqueta em espuma de látex, palmilha em couro natural antifungo/antibactéria, solado de poliuretano, biodensidade monocolor, solado fixado através de injeção diretamente no cabedal com sistema de amortecimento. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 40</b>
	5	60	Sapato de Segurança sem biqueira de aço. TAMANHO: 41	Par	Calçado confeccionado com elástico lateral, cano acolchoado dublado com espessura em PU, na cor preta, espuma poliuretano, contraforte resinado termoconformado, cabedal em vaqueta relax hidrofugada, sem bico de aço, protetor de borda da biqueta em espuma de látex, palmilha em couro natural antifungo/antibactéria, solado de poliuretano, biodensidade monocolor, solado fixado através de injeção diretamente no cabedal com sistema de amortecimento. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 41</b>
	6	60	Sapato de Segurança sem biqueira de aço. TAMANHO: 42	Par	Calçado confeccionado com elástico lateral, cano acolchoado dublado com espessura em PU, na cor preta, espuma poliuretano, contraforte resinado termoconformado, cabedal em vaqueta relax hidrofugada, sem bico de aço, protetor de borda da biqueta em espuma de látex, palmilha em couro natural antifungo/antibactéria, solado de poliuretano, biodensidade monocolor, solado fixado através de injeção diretamente no cabedal com sistema de amortecimento. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 42</b>
	7	60	Sapato de Segurança sem biqueira de aço. TAMANHO: 43	Par	Calçado confeccionado com elástico lateral, cano acolchoado dublado com espessura em PU, na cor preta, espuma poliuretano, contraforte resinado termoconformado, cabedal em vaqueta relax hidrofugada, sem bico de aço, protetor de borda da biqueta em espuma de látex, palmilha em couro natural antifungo/antibactéria, solado de poliuretano, biodensidade monocolor, solado fixado através de injeção diretamente no cabedal com sistema de amortecimento. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 43</b>
10	1	5	Sapato de Segurança para serviços elétricos. TAMANHO: 37	Par	Calçado ocupacional de uso profissional, tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro curtido ao cromo, cor preta, palmilha de montagem em não tecido montada pelo sistema strobrel, biqueira de PVC, solado de poliuretano monodensidade injetado diretamente ao cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto, ao óleo combustível, para uso eletricitista. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 37</b>

	2	5	Sapato de Segurança para serviços elétricos. TAMANHO: 38	Par	Calçado ocupacional de uso profissional, tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro curtido ao cromo, cor preta, palmilha de montagem em não tecido montada pelo sistema strobel, biqueira de PVC, solado de poliuretano monodensidade injetado diretamente ao cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto, ao óleo combustível, para uso eletricista. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 38</b>
	3	10	Sapato de Segurança para serviços elétricos. TAMANHO: 39	Par	Calçado ocupacional de uso profissional, tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro curtido ao cromo, cor preta, palmilha de montagem em não tecido montada pelo sistema strobel, biqueira de PVC, solado de poliuretano monodensidade injetado diretamente ao cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto, ao óleo combustível, para uso eletricista. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 39</b>
	4	10	Sapato de Segurança para serviços elétricos. TAMANHO: 40	Par	Calçado ocupacional de uso profissional, tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro curtido ao cromo, cor preta, palmilha de montagem em não tecido montada pelo sistema strobel, biqueira de PVC, solado de poliuretano monodensidade injetado diretamente ao cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto, ao óleo combustível, para uso eletricista. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 40</b>
	5	10	Sapato de Segurança para serviços elétricos. TAMANHO: 41	Par	Calçado ocupacional de uso profissional, tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro curtido ao cromo, cor preta, palmilha de montagem em não tecido montada pelo sistema strobel, biqueira de PVC, solado de poliuretano monodensidade injetado diretamente ao cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto, ao óleo combustível, para uso eletricista. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 41</b>
	6	5	Sapato de Segurança para serviços elétricos. TAMANHO: 42	Par	Calçado ocupacional de uso profissional, tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro curtido ao cromo, cor preta, palmilha de montagem em não tecido montada pelo sistema strobel, biqueira de PVC, solado de poliuretano monodensidade injetado diretamente ao cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto, ao óleo combustível, para uso eletricista. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 42</b>
	7	5	Sapato de Segurança para serviços elétricos. TAMANHO: 43	Par	Calçado ocupacional de uso profissional, tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro curtido ao cromo, cor preta, palmilha de montagem em não tecido montada pelo sistema strobel, biqueira de PVC, solado de poliuretano monodensidade injetado diretamente ao cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto, ao óleo combustível, para uso eletricista. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 43</b>
11	1	5	Sapato de Segurança para serviços em altas temperaturas. TAMANHO: 38	Par	Calçado com elástico lateral, cano acolchoado dublado com espessura em PU, espuma poliuretano, contraforte resinado termoconformado, cabedal em vaqueta relax hidrofugado, biqueira de PVC, protetor de borda da biqueira em espuma de látex, palmilha em couro natural antifungo/antibactéria, alma de polipropileno, solado de PU, biodensidade, injetado direto no cabedal com sistema de amortecimento, com capacidade de suportar altas temperaturas. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO: 38</b>
	2	10	Sapato de Segurança para serviços em altas temperaturas. TAMANHO: 39	Par	Calçado com elástico lateral, cano acolchoado dublado com espessura em PU, espuma poliuretano, contraforte resinado termoconformado, cabedal em vaqueta relax hidrofugado, biqueira de PVC, protetor de borda da biqueira em espuma de látex, palmilha em couro natural antifungo/antibactéria, alma de polipropileno, solado de PU, biodensidade, injetado direto no cabedal com sistema de amortecimento, com capacidade de suportar altas temperaturas. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO 39</b>

	3	10	Sapato de Segurança para serviços em altas temperaturas. TAMANHO: 40	Par	Calçado com elástico lateral, cano acolchoado dublado com espessura em PU, espuma poliuretano, contraforte resinado termoconformado, cabedal em vaqueta relax hidrofugado, biqueira de PVC, protetor de borda da biqueira em espuma de látex, palmilha em couro natural antifungo/antibactéria, alma de polipropileno, solado de PU, biodensidade, injetado direto no cabedal com sistema de amortecimento, com capacidade de suportar altas temperaturas. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO 40</b>
	4	10	Sapato de Segurança para serviços em altas temperaturas. TAMANHO: 41	Par	Calçado com elástico lateral, cano acolchoado dublado com espessura em PU, espuma poliuretano, contraforte resinado termoconformado, cabedal em vaqueta relax hidrofugado, biqueira de PVC, protetor de borda da biqueira em espuma de látex, palmilha em couro natural antifungo/antibactéria, alma de polipropileno, solado de PU, biodensidade, injetado direto no cabedal com sistema de amortecimento, com capacidade de suportar altas temperaturas. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO 41</b>
	5	5	Sapato de Segurança para serviços em altas temperaturas. TAMANHO: 42	Par	Calçado com elástico lateral, cano acolchoado dublado com espessura em PU, espuma poliuretano, contraforte resinado termoconformado, cabedal em vaqueta relax hidrofugado, biqueira de PVC, protetor de borda da biqueira em espuma de látex, palmilha em couro natural antifungo/antibactéria, alma de polipropileno, solado de PU, biodensidade, injetado direto no cabedal com sistema de amortecimento, com capacidade de suportar altas temperaturas. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO 42</b>
	6	5	Sapato de Segurança para serviços em altas temperaturas. TAMANHO: 43	Par	Calçado com elástico lateral, cano acolchoado dublado com espessura em PU, espuma poliuretano, contraforte resinado termoconformado, cabedal em vaqueta relax hidrofugado, biqueira de PVC, protetor de borda da biqueira em espuma de látex, palmilha em couro natural antifungo/antibactéria, alma de polipropileno, solado de PU, biodensidade, injetado direto no cabedal com sistema de amortecimento, com capacidade de suportar altas temperaturas. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado. <b>TAMANHO 43</b>
12	1	15	Talabarte em formato "Y"	Unidade	Conjunto completo de cinto em "Y" para trabalhos em altura, fabricado em fibras sintética, equipado com 1 mosquetão de trava simples e 2 mosquetões de trava dupla, com abertura de 60 mm. Obs. Possuir certificado CA (Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho) atualizado.

**Wagner Correia da Silva**  
Secretária de Administração

**ANEXO II**  
**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

A empresa \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, CREDENCIA o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (CARGO) \_\_\_\_\_, portador(a) do R.G. nº \_\_\_\_\_ e C.P.F. nº \_\_\_\_\_, para representá-la perante a Estância Turística de Salto em licitação na modalidade Pregão Presencial nº ...../2017 – cujo o objeto é ..... podendo formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

\_\_\_\_\_  
NOME

\_\_\_\_\_  
R.G.

\_\_\_\_\_  
CARGO

Este documento deverá ser apresentado com firma reconhecida

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

Eu \_\_\_\_\_ (nome completo), RG nº. \_\_\_\_\_, representante legal da \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão Presencial nº ...../2017, realizado pela Prefeitura da Estância Turística de Salto, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

(Cidade/Estado), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

Nome do representante legal: \_\_\_\_\_

RG do representante legal: \_\_\_\_\_

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO**  
**TRABALHO**

Eu \_\_\_\_\_(nome completo), representante legal da empresa \_\_\_\_\_(nome da pessoa jurídica), interessada em participar do Pregão Presencial nº ...../2017, da Prefeitura da Estância Turística de Salto, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, a \_\_\_\_\_(nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

(Cidade/Estado), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal  
Nome do representante legal: \_\_\_\_\_  
RG do representante legal: \_\_\_\_\_



**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO**  
**PORTE**

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa \_\_\_\_\_(denominação da pessoa jurídica), CNPJ n° \_\_\_\_\_é **microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência e/ou exclusividade no procedimento licitatório do Pregão Presencial n.º ...../2017, realizado pela Prefeitura da Estância Turística de Salto.

(Cidade/Estado), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

Nome do representante legal: \_\_\_\_\_

RG do representante legal: \_\_\_\_\_

**ANEXO VI**  
**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**O Município de Salto**, pessoa jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob nº 46.634.507/0001-06, sita a Rua Nove de Julho nº 1.053, Vila Nova, na qualidade de órgão gerenciador, neste ato representado pelo Secretário....., brasileira, ..... portador do RG nº \_\_\_ e do CPF nº \_\_\_, com fulcro do Decreto Municipal nº 08/2001, e a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seu(s) estatuto(s) social(is), em ordem de classificação, doravante denominada(s) DETENTORA(S), resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis Federais 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 40/2011, bem como do edital de Pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

**DETENTORA (S):**

**DETENTORA 1**

Denominação: .....  
Endereço: .....  
CNPJ: .....  
Representante Legal: .....  
CPF: .....

**DETENTORA 2**

Denominação: .....  
Endereço: .....  
CNPJ: .....  
Representante Legal: .....  
CPF: .....

**ITEM:**

(DESCREVER OS ITENS)  
Quantidade estimada:  
PREÇO UNITÁRIO: R\$  
DETENTORA (S) (PELA ORDEM):  
Pregão nº 21/2017

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** Registro de Preços, para aquisição de equipamento de proteção individual – EPIs, para todas as Secretarias e Departamentos da Prefeitura que necessitarem no desempenho de suas atividades o material, conforme quantidades e especificações relacionadas no Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Administração.

**Parágrafo Primeiro:** A existência dos preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência quando em igualdade de condições.

**Parágrafo Segundo:** Quando a Ata de Registro de Preços for utilizada, o Gestor – Secretaria de Administração, fica obrigado a verificar se a contratação atende ao interesse público, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização.

**Parágrafo Terceiro:** Será de responsabilidade da Secretaria de Administração o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, através do gestor de contrato, Sra. Marcilene Pereira, Técnica de Segurança do Trabalho, portador do RG n.º 25.750.859-4 e CPF n.º 160.047.978-20.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS**

**2.1.** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do Contratante para a justa remuneração do objeto da licitação, poderá ser repactuado o preço registrado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial da Ata.

**2.2.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderão implicar na revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**2.3.** Na hipótese da empresa solicitar alteração de preço(s), a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha(s) detalhada(s) de custos, acompanhada(s) de documento(s) que comprove(m) a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais e/ou matérias-primas, etc.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PRAZO E ENTREGA**

**3.1.** As solicitações dos equipamentos de proteção individual serão feitas pela Secretaria de Administração, sob orientação da Técnica de Segurança do Trabalho da Prefeitura.

**3.2.** Os quantitativos totais expressos no **ANEXO I** deste Edital são estimativos e representam a previsão da Secretaria requisitante, durante o prazo de 12 (doze) meses.

**3.3.** A Contratada deverá **entregar em até 05 (cinco) dias úteis** após a solicitação e apresentação de nota de empenho.

**3.4.** As entregas deverão ser feitas na Casa do Servidor – Rua Monsenhor Couto, nº 127 – Centro, Salto/SP. Caso haja mudança no local de entrega será informado no ato do pedido.

**3.5.** A contratada deverá informar com antecedência a referida entrega à Secretaria solicitante.

**3.6.** Caso ocorra fornecimento incompatível com o solicitado pela Prefeitura, fora dos padrões legais, ou com eventuais danos (ocasionados inclusive, durante o transporte/descarregamento), o mesmo será recusado/devolvido, devendo ser repostado imediatamente, sem ônus ao Município e sob as penas previstas neste Edital.

**3.7.** A observância da compatibilidade a que se refere à cláusula anterior poderá ser aferida mesmo após a efetiva aceitação, em se tratando de vícios ocultos ou qualquer outro defeito não passível de pronta verificação.

**3.8.** Não será apreciado pedido de prorrogação no prazo de entrega apresentado após a data limite estabelecida no item **3.3.**

**3.9.** A licitante vencedora deverá efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita

observância das especificações do Anexo I e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia.

**3.10.** A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**3.11.** Havendo necessidade de remoção do material para solução do defeito, o transporte ficará a cargo da Contratada, assumindo esta total responsabilidade pelo período em que estiver com a guarda do material.

**3.12.** A licitante vencedora deverá comunicar por escrito à Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

**3.13.** A licitante vencedora deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

**4.1.** A vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REGULARIDADE DO MATERIAL**

**5.1.** No ato do recebimento a gestora do contrato procederá conferência da conformidade da qualidade do produto com as exigências do Edital, contemplando as regras da Norma Regulamentadora – RN – nº 6 do Ministério do Trabalho, especialmente no tocante ao Certificado de Aprovação. Na dúvida, a regularidade deverá ser conferida através de consulta pela internet no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego, link://caepi.mte.gov.br/internet/ConsultaCAInternet.aspx.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, descontada a dezena, após cada entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que aprovado pela autoridade competente e respeitando-se a ordem cronológica de pagamentos.

**6.2.** Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a

partir da data da sua reapresentação.

**6.3.** A Contratada quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Pregão Presencial n.º 21/2017, Ata de Registro de Preços n.º ...../2017.

**6.4.** Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a contratada deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, sobre a prestação dos serviços, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

**6.5.** Nenhum pagamento antecipado será efetuado à licitante, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1.** As verbas para pagamento do objeto da presente licitação estão de acordo com as dotações orçamentárias vigentes de n.ºs:

<b>Secretarias</b>	<b>Dotações</b>	<b>Fichas</b>
Secretaria de Educação	339030.12.361.0203.2.050.01.220000	94
Secretaria de Educação	339030.12.361.0203.2.050.05.220001	117
Secretaria de Educação	339030.12.366.0203.2.050.01.220000	140
Secretaria de Educação	339030.12.365.0203.2.050.01.210000	540
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.244.0204.2.130.05.500007	344
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.244.0204.2.130.05.500008	345
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.244.0204.2.130.05.500012	346
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.244.0204.2.140.05.500017	348
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.244.0204.2.140.05.500016	349
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.244.0204.2.170.05.500013	351
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.244.0204.2.520.01.510000	352
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.243.0204.2.050.01.500022	582

Social e Cidadania		
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.243.0204.2.190.02.500010	342
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.122.0204.2.050.01.510000	333
Secretaria de Ação Social e Cidadania	339030.08.122.0204.2.560.01.510000	590
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	339030.15.122.0307.2.050.01.110000	272
Secretaria de Cultura	339030.13.122.0203.2.050.01.100141	145
Secretaria de Cultura	339030.13.122.0203.2.050.01.110000	146
Secretaria de Finanças	339030.04.123.0102.2.050.01.110000	055
Gabinete do Prefeito	339030.04.122.0102.2.050.01.110000	004
Gabinete do Prefeito	339030.04.131.0102.2.050.01.110000	008
Secretaria de Saúde	339030.10.301.0205.2.050.01.310000	169
Secretaria de Saúde	339030.10.304.0205.2.050.01.310000	177
Secretaria de Saúde	339030.10.305.0205.2.050.01.310000	178
Secretaria de Saúde	339030.10.302.0205.2.050.05.300079	566
Secretaria de Saúde	339030.10.304.0205.2.050.05.300004	244
Secretaria de Saúde	339030.10.302.0205.2.050.05.300003	216
Secretaria de Saúde	339030.10.302.0205.2.050.05.300027	217
Secretaria de Saúde	339030.10.301.0205.2.050.05.300009	187
Secretaria de Saúde	339030.10.301.0205.2.050.02.300033	186
Secretaria de Saúde	339030.10.301.0205.2.050.05.300065	189
Secretaria de Saúde	339030.10.305.0205.2.050.05.300015	249
Secretaria de Saúde	339030.10.305.0205.2.050.05.300004	248
Secretaria de Saúde	339030.10.303.0205.2.050.05.300003	220
Secretaria de Saúde	339030.10.303.0205.2.050.05.300027	221
Secretaria de Saúde	339030.10.304.0205.2.050.05.300057	245
Secretaria de Saúde	339030.10.304.0205.2.050.05.300058	246
Secretaria de Defesa Social	339030.06.122.0307.2.050.01.110000	471
Secretaria de Defesa Social	339030.06.122.0307.2.050.01.110000	482
Secretaria de Defesa Social	339030.06.122.0307.2.050.01.400001	483
Secretaria de Defesa Social	339030.06.122.0307.2.050.05.100105	490
Secretaria de Defesa Social	339030.06.122.0307.2.050.01.110000	589

Secretaria de Esportes e Lazer	339030.27.122.0203.2.050.01.110000	449
Secretaria do Meio Ambiente	339030.18.122.0306.2.050.01.110000	507
Secretaria do Meio Ambiente	339030.18.541.0306.2.050.01.100139	517
Secretaria de Des. Econ. Trab. e Turismo	339030.22.122.0306.2.050.01.110000	403
Secretaria de Des. Econ. Trab. e Turismo	339030.23.122.0306.2.050.01.110000	411
Secretaria de Des. Econ. Trab. e Turismo	339030.23.695.0306.2.050.01.100114	443
Secretaria de Des. Urbano	339030.15.122.0306.2.050.01.110000	265
Secretaria de Administração	339030.04.122.0102.2.050.01.110000	040
Secretaria de Administração	339030.04.128.0102.2.020.01.110000	041
Secretaria de Negócios Jurídicos	339030.04.122.0102.2.050.01.110000	031
Secretaria de Governo	339030.04.122.0102.2.050.01.110000	015
Secretaria de Governo	339030.04.122.0102.2.050.01.110000	521

#### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

**8.1.** Fornecer, nas condições previstas no Edital do Pregão nº 21/2017 e nesta Ata, os produtos objeto deste ajuste.

**8.2.** Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o(s) produto(s) recusado.

**8.3.** Responsabilizar-se pelas operações de transporte, carga e descarga.

**8.4.** Manter-se durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Presencial nº 21/2017.

#### **CLAUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA**

**9.1.** Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

**9.2.** Indicar funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.



**9.3.** Permitir o acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para a entrega.

**9.4.** Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento dos materiais.

**9.5.** Verificar se a contratação através da Ata de Registro de Preços atende ao interesse público, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Gerenciador, eventual desvantagem quanto à sua utilização.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES**

**10.1.** Aplicam-se, no que couber, às contratações decorrentes do presente ajuste as sanções previstas nas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02.

**10.2.** A Licitante vencedora do certame que descumprir em quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

**10.3.** De conformidade com o art. 86 da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, à contratada garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8666/93.

**10.4.** Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

a. Advertência;

b. Multa de até 20% (dez por cento) do valor total da contratação;

c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05(cinco) anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**10.5.** As penalidades previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

**10.6.** Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**10.7.** Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do Pregão Presencial nº 21/2017 com seus Anexos e a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S).

**11.2.** A Contratada será responsável por todo e qualquer dano a que der causa, a ela competindo, exclusivamente, indenizar os prejuízos causados à Contratante ou a outrem.

**11.3.** A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA a firmar as contratações que deles poderão advir.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO**

**11.1.** O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o da Comarca de Salto.

**11.2.** Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e de acordo, vai assinada pelas partes.

Salto/SP, \_\_\_ de \_\_\_ de 2017.

Gestora P/ Prefeitura  
P/ DETENTORA(S)  
Testemunhas:

**ANEXO VII - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO  
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_  
CONTRATADA: \_\_\_\_\_  
CONTRATO N° (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_  
OBJETO: \_\_\_\_\_  
ADVOGADO(S): \_\_\_\_\_

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Executivo I, parte do Diário do Municípios, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual n° 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

LOCAL e DATA \_\_\_\_\_

CONTRATANTE

Nome e cargo: \_\_\_\_\_

E-mail institucional: \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

CONTRATADA

Nome e cargo: \_\_\_\_\_

E-mail institucional: \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído